



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SÉTIMA CÂMARA

Lam-4

Processo nº. : 13805.001411/92-54
Recurso nº. : 120.010 - EX OFF/C/O
Matéria : IRPJ - Ex.: 1990
Recorrente : DRJ em SÃO PAULO - SP
Interessada : MULTIPLIC EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. INCORP.
POR "LLOYDS BANK" NEGÓCIOS CORPORATIVOS LTDA
Sessão de : 10 de dezembro de 1999
Acórdão nº. : 107-05.838

RECURSO "EX OFFICIO" - IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA - TRD - É de se negar provimento ao recurso de ofício interposto contra a decisão que dispensou a parcela do crédito tributário constituído com base na TRD.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM SÃO PAULO - SP.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
PRESIDENTE

PAULO ROBERTO CORTEZ
RELATOR

FORMALIZADO EM: 02 FEV 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ, NATANAEL MARTINS, EDWAL GONÇALVES DOS SANTOS, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES, MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.

Processo nº. : 13805.001411/92-54
Acórdão nº. : 107-05.838

Recurso nº. : 120.010
Recorrente : DRJ em SÃO PAULO/SP

RELATÓRIO

O Sr. Delegado da Receita Federal de Julgamento em São Paulo - SP, recorre de ofício a este Colegiado contra a sua decisão de fls. 42/47, datada de 21/10/97, em que excluiu da exigência fiscal a parcela relativa aos juros de mora cobrados com base na variação da TRD, relativamente ao período de 04/02/91 a 29/07/91.

É o Relatório.



Processo nº. : 13805.001411/92-54
Acórdão nº. : 107-05.838

V O T O

Conselheiro PAULO ROBERTO CORTEZ, Relator

Recurso assente em lei. Dele tomo conhecimento.

O recurso ex officio interposto pela DRJ em São Paulo – SP, trata de matéria discutida inúmeras vezes por este Colegiado.

Os juros moratórios tendo por base a variação da TRD, no período compreendido entre 04/02/91 a 29/07/91, deixaram de ser exigidos de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 32/97, e reiterada jurisprudência deste Primeiro Conselho de Contribuintes.

Nessa ordem de juízos, voto no sentido de negar provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões - DF, em 10 de dezembro de 1999.


PAULO ROBERTO CORTEZ